

**DÉCIMO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO**

EDITAL

A DESEMBARGADORA FEDERAL SUZANA CAMARGO , Presidente da Comissão de Concurso do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, de conformidade com o Regulamento aprovado pela Resolução n° 40, de 14 de setembro de 2000, da Egrégia Presidência do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, considerada como parte integrante deste,

FAZ SABER que estarão abertas, no período de 13 de novembro a 07 de dezembro de 2000 (excetuando-se feriado e finais de semana), as inscrições para o Décimo Concurso Público de Provas e Títulos para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto no âmbito da Terceira Região, compreendida pelas Seções Judiciárias dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

I - DA ESPECIFICAÇÃO DO CARGO E DO NÚMERO DE VAGAS

1.1 Os candidatos classificados serão nomeados Juizes Federais Substitutos da Seção Judiciária de São Paulo ou da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, que integram a jurisdição do Tribunal Regional Federal da Terceira Região.

1.2 Os candidatos nomeados Juizes Federais Substitutos estarão sujeitos à designação para servir, em substituição ou como auxiliar, em qualquer uma das Varas Federais das Seções Judiciárias dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

1.3 São 48 (quarenta e oito) vagas existentes de Juiz Federal Substituto, que poderão ser acrescidas de outras que surgirem durante a realização do Concurso.

II - DA INSCRIÇÃO

2.1 A inscrição, assinada pelo candidato ou procurador habilitado, será requerida ao Presidente da Comissão de Concurso, mediante o preenchimento de formulário próprio.

2.2 O requerimento de inscrição deverá ser instruído com 3 (três) fotografias do candidato, tamanho 3x4, datadas dos últimos seis meses, e com a seguinte documentação:

I -prova de ser brasileiro;

II -prova de contar com idade superior a vinte e cinco anos;

III -cópia autenticada do Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.);

IV -cópia autenticada de documento que comprove estar em dia com as obrigações concernentes ao serviço militar;

V -cópia autenticada do título de eleitor e certidão que comprove o cumprimento dos deveres eleitorais;

VI -cópia autenticada do diploma de bacharel em direito, devidamente registrado;

VII- certidão expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil que comprove a inscrição em seus Quadros por no mínimo 02 (dois) anos, não sendo computável nesse prazo as atividades relativas ao estágio profissional, anterior à colação de grau; ou certidão que comprove o exercício de Magistério jurídico superior pelo prazo mínimo de 2(dois) anos; ou, no caso de candidatos, servidores públicos, que tenham incompatibilidade para o exercício da advocacia, certidão revestida de fé pública a ser expedida pelo órgão competente, que comprove o exercício por 02(dois) anos no cargo para o qual se exija o diploma de bacharel em direito;

2.3 As certidões deverão ser atualizadas (datadas dos últimos três meses).

2.4 Serão permitidas inscrições por meio de procurador, com poderes especiais (firma reconhecida por tabelião).

2.5 Não serão admitidas inscrições por via postal ou por via malote.

2.6 Não será admitida inscrição condicional.

2.7 Não será exigida taxa de inscrição.

2.8 Ao requerente será fornecido comprovante de apresentação do pedido de inscrição.

2.9 As inscrições poderão ser feitas nas cidades de São Paulo, sede do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, ou de Campo Grande, sede da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, das 13 às 18 horas, nos seguintes endereços:

Em São Paulo-SP:

Avenida Paulista, 1842, 25º andar - Cerqueira César

Em Campo Grande-MS:

Rua das Carolinas, 128 (próximo ao T.R.E.)- Parque dos Poderes

2.10 Será expedido edital com relação nominal dos candidatos cujas inscrições forem deferidas, do qual constarão a data, a hora e o local de realização das provas escritas.

III - DAS PROVAS ESCRITAS

3.1 As provas escritas versarão temas das matérias e pontos vinculados ao programa em anexo.

3.2 A ausência do candidato à hora designada para a realização de qualquer prova importará em sua eliminação.

IV - DA COMISSÃO DE CONCURSO

4.1 A Comissão de Concurso, constituída pelo Tribunal Regional Federal da Terceira Região, é integrada pelos seguintes membros:

Efetivos:

Desembargadora Federal SUZANA DE CAMARGO GOMES, que a preside;

Desembargador Federal PAULO OCTAVIO BAPTISTA PEREIRA;

Desembargadora Federal SYLVIA HELENA STEINER;

Professor Doutor JOÃO GRANDINO RODAS; e,

Professor Doutor ANTONIO DE SOUZA CORRÊA MEYER, indicado pela OAB.

Suplentes:

Desembargador Federal ANDRÉ NABARRETE NETO;

Desembargador Federal NEWTON DE LUCCA;
Doutor VITORINO FRANCISCO ANTUNES NETO, indicado pela
OAB.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é
expedido o presente edital.

São Paulo, 25 de outubro de 2000.

DESEMBARGADORA FEDERAL SUZANA CAMARGO
Presidente da Comissão de Concurso

ANEXO I

DIREITO CONSTITUCIONAL

01.Constituição. Conceito. Elementos Essenciais. Poder Constituinte e Poder Reformador.

02.Controle de Constitucionalidade. Sistemas. Controle Jurisdicional. Efeitos.

03.Eficácia, Aplicação e Interpretação das Normas Constitucionais. Leis Complementares à Constituição. A Injunção.

04.Princípios e Objetivos Fundamentais do Estado Brasileiro. Princípios e Objetivos nas Relações Internacionais.

05.Direitos e Deveres Individuais e Coletivos.

06.Direitos Sociais.

07.Nacionalidade. Direitos Políticos. Partidos Políticos.

08.Garantias Constitucionais. Garantia dos Direitos Individuais, Coletivos, Sociais e Políticos.

09.Organização Constitucional do Estado Brasileiro. Federação. Componentes do Estado Federal. Repartição de Competências. Intervenção Federal. Administração Pública.

10.Organização dos Poderes. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Estrutura. Atribuições e Competências. Funcionamento. Disposições Gerais.

11.Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Estado de Defesa. Estado de Sítio. Forças Armadas. Segurança Pública.

12.Tributação e Orçamento. Sistema Tributário Nacional. Finanças Públicas.

13.Ordem Econômica e Financeira. Princípios Gerais da Atividade Econômica. Política Urbana. Política Agrícola e Fundiária. Reforma Agrária. Sistema Financeiro Nacional.

14.Ordem Social. Disposições Gerais. Seguridade Social. Educação, Cultura e Desporto. Ciência e Tecnologia. Comunicação Social. Meio Ambiente. Família, Criança, Adolescente e Idoso. Índios.

15.Disposições Constitucionais Gerais. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

DIREITO CIVIL

01.Fontes do Código Civil. Lei de Introdução. Lei: Conceito. Requisitos. Interpretação. Vigência. Eficácia Temporal e Espacial. Direito Adquirido. Ato Jurídico Perfeito e Coisa Julgada como Garantias Constitucionais no Direito Intertemporal.

Fontes do Direito. Direito Objetivo e Subjetivo. Elementos do Direito Positivo. Interpretação Jurídica: Regras de Interpretação. Conceito de Sistema Jurídico. O Problema das Lacunas.

02.Das Pessoas. Pessoa Natural. Capacidade e Incapacidade. Pessoas Físicas e Jurídicas. Direitos da Personalidade. Desconsideração da Pessoa Jurídica. Domicílio e Residência.

03.Dos Bens. Conceito. Classificação. Bens Considerados em Si Mesmos. Bens Públicos, Particulares e Difusos (Bens Ambientais).

04.Fatos Jurídicos. Atos Jurídicos. Definição. Pressupostos de Validade. Defeitos. Modalidades. Nulidades. Ato Ilícito. Negócio Jurídico. Prescrição e Decadência.

05.O Direito de Propriedade na Constituição. Função Social da Propriedade. Propriedade. Noção. Aquisição e Perda da Propriedade Imóvel. Direitos Reais sobre Coisas Alheias. Enfiteuse. Usufruto. Direitos Reais de Garantia.

06.Posse. Conceito. Classificação. Aquisição. Efeitos. Proteção Possessória.

07.Obrigações. Conceito. Elementos Constitutivos. Modalidades. Pagamento. Novação. Consignação. Compensação. Remissão. Mora.

08.Contratos. Noção. Elementos Constitutivos. Pressupostos de Validade. Classificação e Formação. Espécies de Contratos. Compra e Venda. Doação. Locação. Empréstimo. Depósito. Mandato. Sociedade. Seguro. Fiança. A Imprevisão Contratual. Contratos de Consumo.

9.Da Responsabilidade Civil do Particular e do Estado.

10.Direito Material Ambiental.

11.Direito do Consumidor. Princípios Fundamentais da Lei 8078/90. Conceito de Consumidor. Conceito de Fornecedor. Conceito de Produto e Serviço. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor nos Contratos Bancários.

12.Responsabilidade Civil Objetiva na Lei 8078/90. Indenização por Dano Material e Moral. Critérios para Fixação da Indenização por Dano Moral. Conceito de Defeito e de Vício. Decadência e Prescrição. Desconsideração da Personalidade Jurídica.

13.Práticas Comerciais na Lei 8078/90. Oferta e Publicidade. Publicidade Enganosa e Abusiva. Práticas Abusivas. Cobrança de Dívidas. Banco de Dados e Negativação. Proteção Contratual. Prazo de Reflexão. Cláusulas Abusivas. Contratos de Financiamento e Empréstimo. Compra e Venda em Prestações.

Contratos de Adesão.

14. Estatuto da Terra.

15. Registros Públicos. Sociedades Cíveis. Condomínio e Incorporação.

DIREITO COMERCIAL

1. Empresa. Estabelecimento Comercial.

2. Atos de Comércio.

3. Empresário Comercial.

4. Obrigações Mercantis. Generalidades.

5. Contratos Comerciais. Compra e Venda Mercantil. Alienação Fiduciária em Garantia. Arrendamento Mercantil. Concessão e Representação Comercial. Franquia dos Contratos Bancários. Cartões de Crédito. Mandato Mercantil.

6. Sociedades. Constituição. Transformação. Incorporação. Fusão. Cisão. Liquidação. Extinção.

7. Sociedades por Ações. Características. Espécies. Classes e Formas de Ações. Constituição da Companhia. Direitos dos Acionistas. Acionista Controlador e Minoritário. Acordo de Acionistas. Assembléias.

8. Sociedades por Ações. Administradores e Fiscais. Deveres e Responsabilidades. A Ação de Responsabilidade. Dissolução. Liquidação e Extinção da Companhia.

9. Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada. Características. Gerência. Deliberações Sociais. Responsabilidade dos Sócios e Gerentes.

10. Sistema Financeiro Nacional. Conselho Monetário Nacional. Banco Central do Brasil. Instituições Financeiras Públicas e Privadas. Sistema Financeiro da Habitação.

11. Títulos de Crédito. Generalidades. Letra de Câmbio. Nota Promissória. Cheque. Duplicata Mercantil.

12. Concordata. Falência. Intervenção e Liquidação Extrajudicial.

13. Propriedade Industrial. Marcas e Patentes. Sua Proteção.

14. Concorrência Desleal.

15. Arbitragem.

DIREITO PENAL

1. Princípios e Normas Constitucionais em Matéria Penal. Princípios e Normas de Direito Penal nos Tratados e Convenções Internacionais. Eficácia da Lei Penal no Tempo e no Espaço.

2. Conceito de Crime. Classificações. Fato Típico. Antijuridicidade. Culpabilidade. Sujeito ativo e Passivo. Objeto Jurídico. Objeto Material.

3. Crime e Relação de Causalidade. Crime Consumado. Tentativa. Crime Impossível. Arrependimento Eficaz.

4. Crime Doloso. Crime Culposo. Erro de Tipo. Erro Sobre a Ilicitude do Fato. Coação Irresistível e Obediência Hierárquica.

5. Causas de Exclusão da Ilicitude. Imputabilidade. Causas Supralegais de Exclusão da Ilicitude e da Culpabilidade.

6. Concurso de Pessoas. Autoria. Co-Autoria. Participação. Associação Criminosa. Organização Criminosa.

7. Penas. Espécies. Aplicação. Circunstâncias Judiciais. Agravantes e Atenuantes. Causas de Aumento e de Diminuição. Cálculo da Pena. Reincidência.

8. Concurso de Crimes. Concurso Material. Concurso Formal. Crime Continuado. Concurso Aparente de Normas.

9. Causas de Extinção da Punibilidade. Prescrição. Perdão Judicial.

10. Regimes Prisionais. Penas Substitutivas. Suspensão Condicional da Pena. Medidas de Segurança. Efeitos da Condenação.

11. Crimes Contra a Pessoa. Crimes Contra o Patrimônio. Crimes Praticados por Meio da Imprensa. Crimes Contra a Honra. Crime Contra as Telecomunicações.

12. Crimes Contra a Fé Pública. Crimes Previstos na Lei de Estrangeiros. Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional.

13. Crimes Contra a Administração Pública. Crimes de Abuso de Autoridade. Crimes de Tortura. Crime de Genocídio. Crimes de Responsabilidade. Crimes Previstos na Lei de Licitações.

14. Crimes de Tráfico de Entorpecentes. Crimes Contra o Meio Ambiente. Crimes Contra a Seguridade Social. Crimes Contra a Organização do Trabalho. Crimes Previstos no Código de Defesa do Consumidor .

15. Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e as Relações de Consumo. Crimes de "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores.

DIREITO ADMINISTRATIVO

01. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Controle Interno e Externo da Administração Pública.

02. Responsabilidade Civil do Estado: Culpa Contratual e Extra-contratual. Causas excludentes e Atenuantes da

Responsabilidade.

03.Limitações Administrativas. A Liberdade e A Propriedade. Servidões Administrativas. Requisições. Tombamento. Ocupação Temporária. Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

04.Desapropriação. Direta e Indireta. Retrocessão.

05.Licitação. Princípios. Modalidades. Dispensa. Inexigibilidade.

06.Contratos Administrativos. Normas Informadoras do Contrato. Cláusulas Essenciais. Prerrogativas da Administração. Direitos do Contratado. Equilíbrio Financeiro. Modalidades.

07.Ato Administrativo. Conceito. Pressupostos ou Requisitos. Espécies. Elementos. Perfeição. Validade e Eficácia. Atributos do Ato Administrativo.

08.Vinculação e Discricionariedade. Teoria dos Motivos Determinantes. Abuso e Desvio de Poder. O Controle Administrativo e Jurisdicional.

09.Formas Extintivas do Ato Administrativo. Anulação e Revogação. Invalidação e Convalidação do Ato Administrativo.

10.Serviço Público. Conceito. Princípios. Autorização. Concessão. Permissão. Intervenção do Estado no Domínio Econômico. Poder de Polícia.

11.Bens Públicos. Classificação. Regime jurídico. Alienação. Uso e Exploração. Monopólio Estatal.

12.Meio Ambiente e Proteção Ambiental. Recursos Hídricos. Atmosfera. Flora. Fauna. Proteção de Mananciais. Tutela.

13.Administração Direta e Indireta. Regime Jurídico da Administração Pública. Desconcentração e Descentralização. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista . Autarquias. Fundações.

14.Agentes Públicos. Regime Jurídico dos Servidores Públicos. Sindicância e Processo Administrativo. Direitos e Deveres. Responsabilidade Funcional. Improbidade Administrativa.

15.A Reforma Administrativa Constitucional. Lei Administrativa. Interpretação e Aplicação. Finanças Públicas. Ordem Econômica e Financeira. Educação. Cultura. Desporto. Comunicação Social.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

01.O Direito e os Conflitos de Interesses. O Direito e a Realização de Valores. O Valor da Pessoa Humana como Fundamento do Direito. Princípios Constitucionais do Processo Civil. Princípios Gerais do Processo Civil.

02.0 Processo Civil nos Sistemas de Controle da Constitucionalidade. Ação Direta. Declaração Incidental de Inconstitucionalidade. Ações Cíveis Constitucionais.

03.Direito de Ação. Tratamento Constitucional. Natureza Jurídica. Conceito. Elementos. Condições. Classificação e Critérios Identificadores.

04.Jurisdição. Conceito. Princípios. Limites. Competência. Critérios Determinadores. Competência Internacional e Interna. Competência Absoluta e Relativa. Modificações. Meios de Declaração de Incompetência. Conflitos de Competência. Perpetuação da Jurisdição. Competência da Justiça Federal.

05.Processo e Procedimento. Relação Jurídica Processual. Pressupostos Processuais. Partes e Procuradores. Representação e Substituição Processual. Litisconsórcio. Intervenção de Terceiros.

06.0 Juiz no Processo Civil. Investidura. Garantias. Organização da Magistratura. Poderes. Deveres. Responsabilidade. Impedimentos e Suspeição. Advogado. Ministério Público. Auxiliares da Justiça.

07.Atos Processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazos. Comunicações. Nulidades. Formação. Suspensão. Extinção do Processo.

08.Procedimento Ordinário. Fases. Petição Inicial. Requisito e Indeferimento da Petição Inicial. Resposta do Réu. Revelia. Das Providências Preliminares. Julgamento Conforme o Estado do Processo. Procedimento Sumário. Tutela Jurisdicional Antecipada.

09.Saneamento do Processo. Provas. Audiências. Conciliação, Instrução e Julgamento.

10.Sentença. Conceito. Requisitos. Efeitos. Emendas. Coisa Julgada. Conceito. Espécies. Limites. Ação Rescisória.

11.Dos Recursos. Disposições Gerais. Apelação. Agravo. Embargos de Declaração. Embargos Infringentes. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Embargos de Divergência.

12.Princípios Gerais do Processo de Execução. Execuções Especiais. Execução contra a Fazenda Pública.

13.Diversas Espécies de Execução. Embargos do Devedor. Execução Provisória. Exceção de Pré-Executividade. Execução de Obrigação de Fazer e de Não-Fazer. Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente. Remição. Suspensão e Extinção do Processo de Execução. Execução Fiscal.

14.Princípios Gerais do Processo Cautelar. Poder Cautelar do Juiz. Medidas Cautelares Inominadas. Procedimentos Cautelares

Específicos. Arresto. Seqüestro. Caução. Exibição. Produção Antecipada de Provas. Justificação. Atentado. Postulação ao Tribunal. Busca e Apreensão. Protestos. Notificações. Interpelações.

15.Procedimentos Especiais de Proteção ao Meio Ambiente e ao Consumidor. Desapropriação. Usucapião. Consignação em Pagamento. Ações Possessórias. Ação Discriminatória. Ação de Depósito. Embargos de Terceiros. Ação Civil Pública e Inquérito Civil Público. Ação Monitória. Ação Popular. Mandado de Segurança (Individual e Coletivo). Mandado de Injunção. **Habeas Data**. Tutela Antecipada nas Ações Coletivas.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1.Princípios e Normas Constitucionais Relativas ao Processo Penal. Princípios e Normas das Convenções e Tratados de Direito Internacional Relativas ao Processo Penal. Aplicação e Interpretação da Lei Processual Penal. Extraterritorialidade.

2.Inquérito Policial. Procedimento. Garantias do Investigado. Atribuições da Autoridade Policial. Intervenção do Ministério Público. Outros Meios de Colheita de Indícios da Infração.

3.Ação Penal. Conceito. Classificação. Condições de Procedibilidade. Questões Prejudiciais. Instauração. Denúncia. Requisitos.

4.Competência. Questões e Procedimentos Incidentes. Suspensão do Processo e Transação. Competência da Justiça Federal. Competência Originária dos Tribunais. Conexão e Continência. Perpetuatio Jurisdictionis.

5.Provas. Classificação. Prova Testemunhal, Documental e Material. Ônus da Prova. Provas Ilícitas. Presunções e Indícios. Valoração das Provas.

6.Sujeitos Processuais. Juiz. Ministério Público. Acusado. Defensor. Assistentes. Peritos e Intérpretes. Serventuários da Justiça. Impedimentos e Suspeições.

7.Medidas Acautelatórias. Medidas Incidentais. Natureza, Finalidades. Funções. Garantias do Acusado. Mandado de Segurança em Matéria Penal.

8.Prisão em Flagrante. Prisão Temporária. Prisão Preventiva. Prisão Decorrente de Sentença. Liberdade Provisória. Princípio da Necessidade.

9.Atos Processuais. Citação e Demais Atos de Comunicação Processual. Prazos. Revelia. Garantias do Contraditório, da Ampla Defesa e da Publicidade.

10.Procedimento Comum. Procedimentos Especiais. Crimes de Falência. Crimes Contra a Honra. Crimes Praticados por Meio de Imprensa. Crimes de Responsabilidade de Funcionário Público. Crimes de 'Lavagem' de Dinheiro. Crimes de Abuso de Autoridade. Crimes de Competência do Tribunal do Júri. Tráfico de Entorpecentes.

11.Sentença. Requisitos. Emendatio e Mutatio Libelli. Correlação entre Acusação e Sentença. Fundamentação. Aplicação da Pena.

12.Nulidades. Princípios. Garantia Constitucional do Devido Processo Legal. Rol Legal. Súmulas dos Tribunais Superiores.

13.Recursos. Apelação. Recurso em Sentido Estrito. Protesto por Novo Júri. Embargos Infringentes e de Nulidade. Carta Testemunhável. Recurso Especial e Extraordinário. Agravo em Execução Penal. Ação de Revisão Criminal.

14.Habeas Corpus. Competência. Natureza Jurídica. Cabimento. Requisitos da Impetração. Legitimidade. Objeto. Procedimento. Decisão. Recursos.

15.Execução Penal. Regimes Prisionais. Penas Substitutivas. Progressão. Incidentes. Extinção das Penas. Graça. Anistia. Indulto. Reabilitação.

DIREITO TRIBUTÁRIO

01.Sistema Constitucional Tributário Brasileiro. Elementos Constitutivos. Características.

02.Princípios Constitucionais Tributários.

03.Discriminação Constitucional de Competências Tributárias. Repartição de Receitas.

04.Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar.

05.Normas Gerais de Direito Tributário. Lei Complementar Tributária. Regulamento Aduaneiro.

06.Imunidades Tributárias. Regime Constitucional das Isenções e de Outras Formas de Exoneração Fiscal.

07.Tributo. Princípios Vetores da Tributação. Regime Tributário. Fiscalidade. Extrafiscalidade. Parafiscalidade. Tributo com Efeito de Confisco.

08.Critérios Constitucionais para Classificar os Tributos. Critério Jurídico Distintivo das Espécies Tributárias.

09.Regime Jurídico do Imposto, da Taxa, da Contribuição de Melhoria, do Empréstimo Compulsório e das Contribuições em Geral. Preço público.

10.Tributos de Competência da União Federal, dos Estados,

do Distrito Federal e dos Municípios.

11. Contribuições Sociais para a Seguridade Social. Princípios Informadores e Regime Jurídico. Demais Contribuições Permitidas pela Constituição.

12. Fontes do Direito Tributário. Interpretação, Integração e Aplicação da Lei Tributária.

13. Obrigação Tributária. Conceito. Espécies. Nascimento. Extinção. Sujeitos. Responsabilidade Tributária. Crédito Tributário. Constituição. Suspensão. Extinção. Garantias. Privilégios. Administração Tributária. Repetição. Compensação. Consignação do Crédito Tributário.

14. Infrações e Sanções Tributárias. Conceito e Natureza Jurídica do Ilícito Tributário e dos Crimes Tributários. Denúncia Espontânea.

15. Proteção Judicial do Contribuinte. Procedimento Administrativo Tributário. Processo Tributário. Revisão Judicial e Garantia de Direitos. Execução fiscal.

DIREITO INTERNACIONAL

01. Tratados Internacionais. Vigência Contemporânea e Diferida. Registro e Publicidade. Incorporação ao Direito Interno. Violação. Conflito entre Tratado e Norma de Direito Interno. Extinção.

02. Acordos Executivos. Reservas. Vícios do Consentimento.

03. Estado. Imunidade à Jurisdição Estatal. Consulados e Embaixadas.

04. Conceito de Nacionalidade da Pessoa Física. Princípios. Normas. Tratados Multilaterais. Nacionalidade Brasileira. Brasileiros Natos. Naturalizados. Perda da Nacionalidade. Estatuto da Igualdade.

05. Estrangeiros. Vistos. Deportação. Expulsão. Extradicação. Conceito. Fundamento Jurídico. Reciprocidade e Controle Jurisdicional. Asilo Político. Conceito. Natureza e Disciplina.

06. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Direitos Cíveis, Políticos, Econômicos e Culturais. Mecanismos de Implementação. Tribunais Penais Internacionais. Noções Gerais.

07. Solução Pacífica de Conflitos Internacionais. Meios Diplomáticos, Políticos e Jurisdicionais.

08. Organizações Internacionais. Conceito. Natureza Jurídica. Elementos Caracterizadores. Espécies.

09. Direito de Integração. Formas de Integração. Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Características. Elementos Institucionais. Protocolo de Assunção. Protocolo de Ouro Preto. Protocolo de Brasília. Protocolo de Las Leñas. Autoridades Centrais.

10. Direito Internacional Privado. Fontes do Direito Internacional Privado Brasileiro. Conflito de Leis no Espaço. Normas Indiretas. Qualificação Prévia. Elemento de Conexão. Reenvio. Prova. Interpretação e Aplicação do Direito Estrangeiro. Exceções à Aplicação do Direito Estrangeiro.

11. Processo Internacional. Competência Jurisdicional nas Relações Jurídicas com Elemento Estrangeiro. Cartas Rogatórias. Homologação de Sentenças Estrangeiras.

12. Contratos Internacionais. Cláusulas Típicas.

13. Métodos de Solução Alternativa de Controvérsias. Arbitragem.

14. Conceito de Nacionalidade da Pessoa Jurídica. Teorias e Legislação. Empresas Binacionais.

15. Prestação de Alimentos. Convenção de Nova York sobre Cobrança de Alimentos no Estrangeiro. Decreto Legislativo nº 10/58 e Decreto nº 56.826/65. Noções Gerais. Competência da Justiça Federal. Hipóteses. Procedimento.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. Seguridade Social. Conceitos Fundamentais. Princípios Constitucionais. A Emenda Constitucional nº 20/98. Direito Adquirido.

2. Regime Geral da Previdência Social e Regimes Próprios.

3. Sistema Nacional de Seguridade Social. Saúde. Previdência Social. Assistência Social. Distinções.

4. Assistência Social. Conceito. Objetivos. Princípios. Custeio. Benefícios de Prestação Continuada. Benefícios Eventuais em Razão da Natalidade e Morte.

5. Previdência Social. Conceito. Objetivos. Princípios. Seguro Público. Custeio.

6. Órgãos Responsáveis pela Gestão da Previdência Social.

7. Aplicabilidade, Eficácia e Interpretação das Normas Constitucionais sobre Previdência Social.

8. Beneficiários da Previdência Social. Segurados Obrigatórios e Facultativos. Dependentes. Perda da Qualidade de Segurado e de Dependente.

9. Benefícios. Aposentadoria. Espécies. Requisitos.

10. Benefícios. Auxílio-Doença. Auxílio-Acidente. Salário-

Família. Salário-Maternidade. Pensão por Morte. Amparo Assistencial. Auxílio-Reclusão. Abono Anual.

11. Benefícios. Direito Adquirido. Extinção. Serviços. Serviço Social. Habilitação e Reabilitação Profissional. Seguro-Desemprego.

12. Cálculo dos Benefícios. Salário-de-Benefício. Salário-de-Contribuição. Correlatividade entre Contribuição e Benefício. Fator Previdenciário. Valor Mínimo dos Benefícios. Valor Teto. Revisão. Reajustamento dos Benefícios. Manutenção do Valor Real dos Benefícios.

13. Justificação Administrativa e Judicial. Contagem de Tempo de Contribuição. Comunicação entre Regimes.

14. Ação Previdenciária. Competência em Matéria Previdenciária. Prescrição e Decadência no Âmbito do Direito Previdenciário.

15. As Contribuições Sociais. Natureza. Regime Jurídico. Espécies.